



# FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES CONSULTA PÚBLICA Nº 8/2019 - de 06/03/2019 a 04/04/2019

NOME: EQUINOR BRASIL ENERGIA LTDA

<p>( X ) agente econômico  ( ) consumidor ou usuário</p> <p>( ) representante órgão de classe ou associação  ( ) representante de instituição governamental  ( ) representante de órgãos de defesa do consumidor</p>		
<p>Edital de Chamada Pública para a contratação de Capacidade de Transporte de Gás Natural referente ao Gasoduto Bolívia-Brasil (Rede de Transporte da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A.)</p>		
ARTIGO DA MINUTA	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA
<p>Minuta de Contrato de Transporte de Entrada e Minuta de Contrato de Transporte de Saída - Cláusula Sexta, item 6.1.3</p>	<p>Excluir o item:</p> <p><del>A obrigação do TRANSPORTADOR de prestar o SERVIÇO DE TRANSPORTE FIRME, tal como prevista na Cláusula Terceira deste TCG, está condicionada ao fornecimento de GUS pelo(s) FORNECEDOR(ES) DO GÁS ao TRANSPORTADOR em quantidades e condições que viabilizem a operação da REDE DE TRANSPORTE, seja por meio do GSA TRANSPORTE ENTRADA ou por outra forma de fornecimento pelos carregadores de entrada. Caso em qualquer dia o GUS não esteja disponível para o TRANSPORTADOR, por qualquer razão não imputável exclusivamente ao TRANSPORTADOR, as QUANTIDADES DE GÁS injetadas ou retiradas poderão ser reduzidas, sem que o TRANSPORTADOR incorra em qualquer penalidade ou custo adicional ou redução de receita, não ficando caracterizada FALHA NO SERVIÇO DE TRANSPORTE.</del></p>	<p>A aquisição de quantidades de GUS necessárias à prestação do serviço de transporte é obrigação do transportador; desse modo, caso o GUS não esteja disponível, por qualquer motivo, haverá falha no serviço de transporte.</p>
<p>Minuta de Contrato de Transporte de Entrada e Minuta de Contrato de Transporte de Saída - Cláusula Oitava, item 8.2.1, iii</p>	<p>Excluir o item:</p> <p><del>O TRANSPORTADOR tenha enviado aos carregadores, conforme o caso, um AVISO DE REDUÇÃO DE FLUXO em virtude da ocorrência, ou da potencial ocorrência de</del></p>	<p>Em caso de redução do fluxo por gás desconforme, tal fato deveria ser considerado como falha de transporte e o transportador deveria indenizar os carregadores "inocentes".</p>

	<del>GÁS DESCONFORME na REDE DE TRANSPORTE causada por um carregador de entrada;</del>	
<b>Minuta de Contrato de Transporte de Entrada e Minuta de Contrato de Transporte de Saída - Cláusula Oitava, item 8.2.1, iv</b>	<p>Excluir o item:</p> <p><del>Falha de fornecimento de gás no âmbito do(s) GSA TRANSPORTE ENTRADA ou falha de recebimento no âmbito do(s) GSA TRANSPORTE SAÍDA ou a rescisão de qualquer desses instrumentos, por qualquer motivo;</del></p>	A aquisição de quantidades de gás necessárias à prestação do serviço de transporte é obrigação do transportador; desse modo, caso tal gás não esteja disponível, por qualquer motivo, haverá falha no serviço de transporte.
<b>Minuta de Contrato de Transporte de Entrada e Minuta de Contrato de Transporte de Saída - Cláusula Oitava, itens 8.2.2, i e ii</b>	<p>Excluir o item:</p> <p><del>Um carregador de entrada não tiver disponibilizado no ponto de entrada, em um determinado DIA OPERACIONAL, QUANTIDADE DE GÁS igual à QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA DE ENTRADA</del></p>	O transportador deve se responsabilizar por eventuais inadimplências de outros carregadores, indenizando os carregadores inocentes.
<b>Minuta de Contrato de Transporte de Entrada e Minuta de Contrato de Transporte de Saída - Cláusula Oitava, item 8.2.2, iii</b>	<p>Excluir o item:</p> <p><del>Um carregador de entrada tiver disponibilizado GÁS com um PODER CALORÍFICO SUPERIOR inferior ao PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA. Caso seja configurada uma FALHA DE SERVIÇO DE TRANSPORTE no contrato de transporte de saída por este motivo, o carregador de entrada será exclusivamente responsável perante o carregador de saída e pelo pagamento de qualquer penalidade por FALHA DE SERVIÇO DE TRANSPORTE a ele devido;</del></p>	A eficácia de tal item depende da definição do Código de Redes, que ainda inexiste.
<b>Minuta de Contrato de Transporte de Entrada e Minuta de Contrato de Transporte de Saída - Cláusula Décima Primeira, item 11.2</b>	<p>Alterar:</p> <p>De:</p> <p>Para se opor, no todo ou em parte, ao pagamento de qualquer DOCUMENTO DE COBRANÇA, a PARTE reclamante deverá efetuar, até a data do seu vencimento, o pagamento integral do valor indicado no DOCUMENTO DE COBRANÇA questionado e notificar a PARTE reclamada a respeito de sua impugnação, informando, em detalhes, a quantia controversa, as razões de seu desacordo, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia.</p> <p>Para:</p> <p>Para se opor, no todo ou em parte, ao pagamento de</p>	Afigura-se como praxe comercial realizar-se o pagamento dos valores incontroversos apenas em um primeiro momento, devendo as partes discutir o pagamento dos valores controversos em sequência.

	qualquer DOCUMENTO DE COBRANÇA, a PARTE reclamante deverá efetuar, até a data do seu vencimento, o pagamento integral do valor incontroverso e notificar a PARTE reclamada a respeito de sua impugnação, informando, em detalhes, a quantia controversa, as razões de seu desacordo, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia.	
<b>Minuta de Contrato de Transporte de Entrada e Minuta de Contrato de Transporte de Saída - Cláusula Décima Primeira, item 11.3 e 11.4</b>	<p>Alterar:</p> <p>De:</p> <p>11.3 A PARTE reclamada deverá, no prazo de 15 (quinze) DIAS após o recebimento da NOTIFICAÇÃO de impugnação, enviar NOTIFICAÇÃO à PARTE reclamante informando seu entendimento sobre o questionamento apresentado e, se for o caso, restituir a parcela que reconheça ter sido indevidamente cobrada, atualizada pelo índice de correção monetária e acrescida dos juros moratórios conforme item 10.7 acima, desde a data do pagamento do DOCUMENTO DE COBRANÇA até a data de sua restituição em favor da PARTE reclamante.</p> <p>11.4. Se a PARTE reclamante não concordar com o entendimento da PARTE reclamada, deverá adotar os procedimentos previstos na Cláusula 14.2 para Solução de Controvérsias. A PARTE que, por decisão do TRIBUNAL ARBITRAL ou do PERITO, deva restituir, a quantia controversa, deverá também pagar à outra PARTE os encargos moratórios previstos no item 10.7, cujo total será calculado sobre a quantia controversa levando em consideração o tempo decorrido desde o vencimento da quantia controversa ou de seu pagamento até a referida decisão.</p> <p>Para:</p> <p>As PARTES deverão discutir se os valores controversos são mesmo devidos no prazo de 15 dias. Caso não haja acordo, deverão ser adotados os procedimentos previstos na Cláusula 14.2 para Solução de Controvérsias. A PARTE que, por decisão do TRIBUNAL ARBITRAL ou do PERITO, deva realizar o pagamento de qualquer quantia adicional aos valores incontroversos já</p>	Vide comentário anterior

	pagos, deverá também pagar à outra PARTE os encargos moratórios previstos no item 10.7, cujo total será calculado sobre a quantia controversa levando em consideração o tempo decorrido desde o vencimento da quantia controversa ou de seu pagamento até a referida decisão.	
<b>Minuta de Contrato de Transporte de Entrada e Minuta de Contrato de Transporte de Saída - Cláusula Décima Segunda, 12.3, vi</b>	Inclusão:  (vi) qualquer evento, de FORÇA MAIOR ou não, ocorrido a um contratado ou subcontratado do TRANSPORTADOR, que o impeça de receber o GÁS nos PONTOS DE ENTRADA, ou do TRANSPORTADOR entregar GÁS nos PONTOS DE SAÍDA;	Manter a bilateralidade do conceito (vide item 12.3, v)
<b>Minuta de Contrato de Transporte de Entrada e Minuta de Contrato de Transporte de Saída - Cláusula Décima Segunda, 12.10.1</b>	Alterar:  De: 12.10.1 Ocorrendo uma situação que se caracterize como fato do príncipe, e desde que e na medida que tal situação, comprovadamente, afete o TRANSPORTADOR, impedindo-o ou onerando-o substancialmente de tal forma que a execução de suas obrigações, previstas no CONTRATO, se torne dificultosa e/ou extremamente gravosa e /ou prejudicial, acarretando um desequilíbrio econômico-financeiro ao TRANSPORTADOR, este terá o direito de propor à outra PARTE a alteração do CONTRATO DE TRANSPORTE FIRME de modo a fazer cessar a dificuldade, a situação gravosa e/ou prejudicial, e o equilíbrio econômico-financeiro ocorrido.  Para: 12.10.1 Ocorrendo uma situação que se caracterize como fato do príncipe, e desde que e na medida que tal situação, comprovadamente, afete o TRANSPORTADOR ou o CARREGADOR, impedindo-o ou onerando-o substancialmente de tal forma que a execução de suas obrigações, previstas no CONTRATO, se torne dificultosa e/ou extremamente gravosa e /ou prejudicial, acarretando um desequilíbrio econômico-financeiro ao TRANSPORTADOR ou ao CARREGADOR, a parte prejudicada terá o direito de propor à outra PARTE a	Tornar a cláusula bilateral.

	alteração do CONTRATO DE TRANSPORTE FIRME de modo a fazer cessar a dificuldade, a situação gravosa e/ou prejudicial, e o equilíbrio econômico-financeiro ocorrido.	
<b>Minuta de Contrato de Transporte de Entrada e Minuta de Contrato de Transporte de Saída - Cláusula Décima Terceira, 13.1.3</b>	<p>Alterar:</p> <p>De:</p> <p>Na hipótese de rescisão do CONTRATO na forma dos itens 13.1.1 e 13.1.2 desta Cláusula, o CARREGADOR está obrigado a pagar ao TRANSPORTADOR, como indenização aplicável a tal rescisão, o valor das perdas e danos diretos, excluídos os danos indiretos e lucros cessantes. A indenização mínima devida ao TRANSPORTADOR nessa hipótese será correspondente ao valor relativo ao ENCARGO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE somado ao ENCARGO DE CAPACIDADE DE TRANSPORTE NÃO UTILIZADA que seriam devidos até o termo final do CONTRATO.</p> <p>Para:</p> <p>Na hipótese de rescisão do CONTRATO na forma dos itens 13.1.1 e 13.1.2 desta Cláusula, o CARREGADOR está obrigado a pagar ao TRANSPORTADOR, como indenização aplicável a tal rescisão, unicamente o valor relativo ao ENCARGO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE somado ao ENCARGO DE CAPACIDADE DE TRANSPORTE NÃO UTILIZADA que seriam devidos até o termo final do CONTRATO.</p>	Tornar a indenização a ser paga pelo carregador mais razoável, excluindo os danos diretos.
<b>Minuta de Contrato de Transporte de Entrada e Minuta de Contrato de Transporte de Saída - Cláusula Décima Terceira, 13.3</b>	<p>Inclusão:</p> <p>Eventos de Rescisão por Força Maior</p> <p>Qualquer das Partes poderá pleitear a extinção do presente Contrato por motivo de força maior caso a mesma dure por mais de 120 (cento e vinte) dias, hipótese em que nenhuma indenização será devida de parte a parte.</p>	Possibilitar a extinção do contrato caso o evento de força maior dure por tempo prolongado. Fazem parte do risco do negócio eventos de força maior e os carregadores não podem ser responsabilizados pelo pagamento por prazo indefinido de um serviço que não estará sendo realizado.

<b>Minuta de Contrato de Transporte de Entrada e Minuta de Contrato de Transporte de Saída - Cláusula Décima Quarta, 14.3.9</b>	<p>Excluir:</p> <p><del>14.3.9 No prazo de 90 (noventa) DIAS a partir da instituição da ARBITRAGEM, os ARBITROS apresentarão a sentença arbitral.</del></p>	Entende-se por pouco factível o cumprimento deste prazo.
<b>Minuta de Contrato de Transporte de Entrada e Minuta de Contrato de Transporte de Saída - Cláusula Décima Quarta, 14.5.1, (iii)</b>	<p>Alterar:</p> <p>Se dentro do prazo definido na alínea (ii) precedente as PARTES não chegarem a um consenso sobre o PERITO a ser designado, então a PARTE que tiver suscitado a controvérsia deverá, no prazo de 5 (cinco) DIAS, contratar a referida PERITAGEM junto a uma das seguintes empresas internacionalmente reconhecidas e com representação no país: Det Norske Veritas (DNV), Bureau Veritas (BV), American Bureau of Shipping (ABS) e Lloyd's Registers;</p> <p>Para:</p> <p>Se dentro do prazo definido na alínea (ii) precedente as PARTES não chegarem a um consenso sobre o PERITO a ser designado, então a matéria será decidida por Arbitragem.</p>	Inexistindo consenso com relação à nomeação do perito, a matéria deve ser submetida à arbitragem.
<b>Minuta de Contrato de Transporte de Entrada e Minuta de Contrato de Transporte de Saída - Cláusula Décima Quarta, 14.9.1, (ii)</b>	<p>Excluir:</p> <p><del>(ii) decidir a controvérsia no prazo determinado, que não poderá exceder 60 (sessenta) Dias após a confirmação de sua nomeação, descontados os DIAS de demora no recebimento de informações solicitadas ou de respostas a consultas ou notificações enviadas a qualquer PARTE;</del></p>	Entende-se por pouco factível o cumprimento deste prazo.
<b>Minuta de Contrato de Transporte de Entrada e Minuta de Contrato de Transporte de Saída - Cláusula Décima Quarta, 14.10.1, (ii)</b>	<p>Alterar:</p> <p>De:</p> <p>(ii) enviar para o PERITO, no prazo máximo de 10 (dez) Dias da solicitação, todas as informações adicionais específicas que o Perito julgue necessárias ao desenvolvimento de seu trabalho;</p> <p>Para:</p> <p>(ii) enviar para o PERITO, no prazo máximo de 10 (dez) Dias da solicitação, todas as informações adicionais específicas que o Perito julgue necessárias ao</p>	Acomodar hipóteses em que for inviável entregar as informações dentro do prazo de 10 dias.

	desenvolvimento de seu trabalho, salvo se, por razões justificáveis, não for possível cumprir tal prazo.	
<b>Minuta de Contrato de Transporte de Entrada e Minuta de Contrato de Transporte de Saída - Cláusula Décima Sexta, 16.4</b>	<p>Alterar:</p> <p>De: O CARREGADOR CEDENTE deverá manter o TRANSPORTADOR permanentemente informado sobre suas tratativas preliminares para efetivar uma CESSÃO DE CAPACIDADE CONTRATADA, bem como sobre o início, andamento e perspectiva de conclusão da negociação do correspondente ACORDO DE CESSÃO DE CAPACIDADE, devendo apresentar ao TRANSPORTADOR, no prazo mínimo de 90 (noventa) dias antes da previsão de celebração do ACORDO DE CESSÃO DE CAPACIDADE, sua intenção em ceder total ou parcialmente a CAPACIDADE CONTRATADA DE TRANSPORTE. As operações de cessão da CAPACIDADE CONTRATADA DE TRANSPORTE só terão efeito perante o TRANSPORTADOR e o presente CONTRATO após celebração de um novo CONTRATO DE TRANSPORTE entre o TRANSPORTADOR e o CARREGADOR CESSIONÁRIO, de forma que o TRANSPORTADOR possa cumprir suas obrigações previstas em LEGISLAÇÃO APLICÁVEL e operacionalizar o atendimento ao CARREGADOR CESSIONÁRIO.</p> <p>Para: O CARREGADOR CEDENTE deverá Apresentar ao TRANSPORTADOR, no prazo mínimo de 90 (noventa) dias antes do início do ACORDO DE CESSÃO DE CAPACIDADE, sua intenção em ceder total ou parcialmente a CAPACIDADE CONTRATADA DE TRANSPORTE. As operações de cessão da CAPACIDADE CONTRATADA DE TRANSPORTE só terão efeito perante o TRANSPORTADOR e o presente CONTRATO após celebração de um novo CONTRATO DE TRANSPORTE entre o TRANSPORTADOR e o CARREGADOR CESSIONÁRIO, de forma que o TRANSPORTADOR possa cumprir suas obrigações</p>	<p>Não há razão para o transportador ser informado sobre tratativas preliminares de cessão de capacidade. Ele deve, apenas, manifestar sua aceitação quanto a cessão em si, observados os limites previstos no contrato.</p>

	previstas em LEGISLAÇÃO APLICÁVEL e operacionalizar o atendimento ao CARREGADOR CESSIONÁRIO.	
<b>Apêndice I: Requisitos Técnicos, Cláusula 1.3, item 1.3.1.2</b>	<p>Alterar:</p> <p>De: O CARREGADOR DE ENTRADA se compromete de forma irretratável e incondicional a manter o TRANSPORTADOR a salvo e indene de qualquer demanda feita por qualquer pessoa junto ao TRANSPORTADOR em decorrência de DANOS POR GÁS DESCONFORME.</p> <p>Para: O CARREGADOR DE ENTRADA se compromete de forma irretratável e incondicional a manter o TRANSPORTADOR a salvo e indene de qualquer demanda feita por qualquer pessoa junto ao TRANSPORTADOR em decorrência de DANOS POR GÁS DESCONFORME. Em qualquer caso, a responsabilidade do CARREGADOR DE ENTRADA englobará somente danos emergentes causados à rede de transporte bem como o pagamento de penalidade por Falha de Serviço de Transporte.</p>	Entende-se que deve haver uma limitação à responsabilidade do carregador que injetou gás fora de especificação no sistema de transporte.
<b>Apêndice I: Requisitos Técnicos, Cláusula 1.3, item 1.3.2.2 e 1.3.2.3</b>	Comentário	Comentário geral: Via de regra, pelo contrato o transportador receberá sempre uma penalidade pela injeção de gás desconforme pelo carregador, mas não necessariamente indenizará os demais haja vista a existência de condicionantes neste sentido. Eventuais valores arrecadados pelo transportador a título de penalidade e que não sejam repassados aos “carregadores inocentes” devem ser considerados na revisão tarifária do transportador (RANP 15/2014).
<b>Apêndice I: Requisitos Técnicos, Cláusula 1.3, item 1.3.3.1</b>	<p>Alterar:</p> <p>De: O efetivo pagamento e/ou ressarcimento por DANOS POR GÁS DESCONFORME causados pelo carregador de entrada a outro carregador será de exclusiva responsabilidade do(s) carregador(es) de entrada responsável(is) pelo GÁS DESCONFORME.</p>	O transportador deverá efetuar o pagamento de tais danos aos carregadores inocentes, e posteriormente cobrá-los do carregador responsável pela injeção de gás desconforme no sistema.



	Para: O efetivo pagamento e/ou ressarcimento por DANOS POR GÁS DESCONFORME causados pelo carregador de entrada a outro carregador será de exclusiva responsabilidade do transportador.	
<b>Apêndice I: Requisitos Técnicos, Cláusula 1.3, item 1.3.3.4</b>	Excluir: <del>Feita a NOTIFICAÇÃO do item anterior, o(s) carregador(es) prejudicados e o(s) carregador(es) de entrada responsável(is) pelo GÁS DESCONFORME acordarão sobre o pagamento dos DANOS POR GÁS DESCONFORME, sem prejuízo da mediação do TRANSPORTADOR, caso seja solicitada.</del>	Idem ao comentário anterior.
<b>Apêndice II: Balanceamento, Cláusula 4.5, item 4.5.1</b>	Excluir:  <del>Sem prejuízo do pagamento de quaisquer penalidades aplicáveis e pré estabelecidas nesta Cláusula Quarta, o CARREGADOR é o responsável, perante o TRANSPORTADOR, pelos danos, custos adicionais, prejuízos e/ou perda de receita, comprovadamente sofridos e/ou incorridos pelo TRANSPORTADOR, inclusive perante terceiros, ou ao TRANSPORTADOR imputáveis nos termos de outros contratos de transporte ou dos CONTRATOS LEGADOS, em decorrência do descumprimento das suas obrigações, ou no caso de o cumprimento destas se torne mais oneroso, inclusive nos casos de redução ou interrupção do SERVIÇO DE TRANSPORTE.</del>	Defende-se que a responsabilidade do carregador se limite a danos emergentes porventura causados à rede de transporte bem como ao pagamento de penalidade relativa à falha de transporte.

Este formulário deverá ser encaminhado à ANP para o endereço eletrônico: [sim@anp.gov.br](mailto:sim@anp.gov.br), fax (21) 2112-8618.